



Ana Cláudia **Campos**

**DIREITO
ADMINISTRATIVO**

Facilitado ✓



- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 08.08.2023
- A Autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Bruno Zorzetto
- Ilustrações: Érica Hashimoto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C21d
Campos, Ana Cláudia

Direito administrativo facilitado / Ana Cláudia Campos. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-868-9

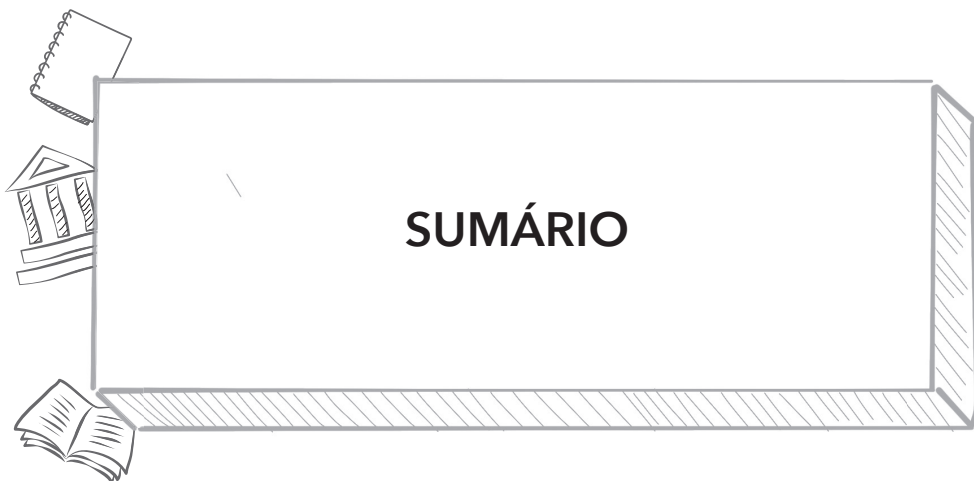
1. Direito administrativo – Brasil. 2. Direito administrativo – Problemas, questões, exercícios – Brasil.
3. Serviço público – Concursos – Brasil. I. Título.

23-85405

CDU: 342.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



1. NOÇÕES INICIAIS.....	1
1. Direito.....	1
2. Estado	2
2.1 Funções e poderes do Estado	4
3. Governo.....	6
4. Administração Pública	6
4.1 Tarefas da Administração Pública.....	7
5. Direito administrativo	8
5.1 Conceito.....	8
5.2 Características.....	10
5.3 Relação com outros ramos do Direito.....	11
5.4 Interpretação do Direito Administrativo	12
6. Fontes do direito administrativo	13
7. Sistemas administrativos	14
8. Função administrativa.....	16
Resumo	17
2. PRINCÍPIOS	19
1. Conceito	19
2. Funções dos princípios.....	20
3. Regime jurídico administrativo	20

3.1	Supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	21
3.2	Indisponibilidade do interesse público.....	22
4.	Princípios constitucionais expressos.....	23
4.1	Legalidade.....	24
4.2	Impessoalidade	29
4.3	Moralidade	34
4.4	Publicidade.....	34
4.5	Eficiência	39
5.	Princípios infraconstitucionais.....	41
5.1	Princípios expressos na Lei 9.784/1999 (processo administrativo federal).....	42
5.2	Outros princípios.....	47
6.	Súmulas	52
6.1	Súmulas vinculantes – STF.....	52
6.2	Súmulas do STF.....	52
6.3	Súmulas do STJ.....	53
	Resumo	54
3.	PODERES ADMINISTRATIVOS	55
1.	Conceito	55
1.1	Poderes do Estado x poderes da Administração	56
2.	Vinculação	57
3.	Discricionariedade.....	58
3.1	Justificadores da discricionariedade administrativa.....	58
3.2	Controle judicial dos atos discricionários	60
4.	Poder hierárquico.....	61
4.1	Delegação	63
4.2	Avocação.....	65
4.3	Resumo desenhado: delegação x avocação.....	66
4.4	Resumo desenhado: poder hierárquico.....	66
5.	Poder disciplinar.....	66
6.	Poder de polícia.....	70
6.1	Conceito.....	70
6.2	Polícia administrativa x polícia judiciária	72

6.3	Poder de polícia x poder disciplinar	73
6.4	Poder de polícia: sentido amplo x sentido estrito	75
6.5	Atributos do poder de polícia.....	75
6.6	Atuações do poder de polícia	77
6.7	Delegação do poder de polícia	78
6.8	Prescrição	81
7.	Poder normativo/regulamentar.....	81
7.1	Características.....	82
7.2	Regulamentos.....	82
7.3	Controle.....	86
8.	Uso e abuso de poder	87
9.	Súmulas	88
9.1	Súmulas vinculantes – STF.....	88
9.2	Súmulas do STF.....	89
9.3	Súmulas do STJ.....	89
	Resumo	90
4.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	93
1.	Conceito	93
2.	Fundamento legal.....	94
3.	Tipos de prestação da atividade administrativa.....	94
4.	Desconcentração x descentralização.....	94
5.	Desconcentração	95
5.1	Espécies de desconcentração	97
5.2	Teorias do órgão público	98
5.3	Características dos órgãos públicos	99
5.4	Classificação dos órgãos.....	101
6.	Descentralização	102
6.1	Espécies de descentralização	103
7.	Formas de controle	104
7.1	Controle na desconcentração (hierárquico/autotutela)	104
7.2	Controle na descentralização (finalístico/tutela/supervisão ministerial).....	105
8.	Formas de surgimento das pessoas da administração indireta	105

9.	Autarquias.....	107
9.1	Criação e extinção.....	109
9.2	Regime jurídico.....	109
9.3	Regime de bens.....	118
9.4	Responsabilidade civil.....	120
9.5	Espécies de autarquias	121
10.	Fundações	129
10.1	Natureza jurídica.....	130
10.2	Fundação pública de direito público.....	131
10.3	Fundação pública de direito privado.....	131
11.	Empresas estatais	133
11.1	Pontos de semelhança	133
11.2	Pontos de distinção	144
11.3	Lei 13.303/2016.....	147
12.	Súmulas	149
12.1	Súmulas vinculantes – STF.....	149
12.2	Súmulas do STF.....	150
12.3	Súmulas do STJ.....	150
	Resumo	151
5.	TERCEIRO SETOR	153
1.	Disposições gerais	153
2.	Terceiro setor.....	155
3.	Serviço social autônomo.....	155
3.1	Características.....	156
3.2	Resumo do tema.....	160
4.	Entidades de apoio.....	161
5.	Organização Social (OS).....	162
5.1	Características.....	162
6.	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	167
6.1	Características.....	167
6.2	Resumo desenhado.....	171
7.	OS x OSCIP.....	171

8.	Organização da Sociedade Civil (OSC).....	172
8.1	Pessoas impedidas de celebrar parcerias.....	172
8.2	Dos requisitos para a celebração das parcerias.....	173
8.3	Chamamento público.....	174
8.4	Inexigibilidade e dispensa do chamamento público.....	175
8.5	Celebração das parcerias.....	176
8.6	Formalização das parcerias.....	176
8.7	Liberação de recursos.....	178
8.8	Das sanções administrativas.....	178
9.	Súmulas.....	179
9.1	Súmulas do STF.....	179
9.2	Súmulas do STJ.....	179
	Resumo.....	179
6.	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	181
1.	Conceito.....	181
2.	Princípios.....	182
2.1	Generalidade.....	183
2.2	Modicidade tarifária.....	183
2.3	Eficiência.....	185
2.4	Segurança.....	185
2.5	Atualidade.....	185
2.6	Cortesia.....	185
2.7	Regularidade.....	186
2.8	Continuidade.....	186
3.	Classificação.....	191
4.	Formas de prestação do serviço público.....	194
5.	Concessão de serviços públicos.....	196
5.1	Características da concessão.....	197
5.2	Obrigações da concessionária.....	202
5.3	Poder concedente.....	203
5.4	Usuários do serviço público.....	204
5.5	Intervenção.....	205

5.6	Extinção da concessão.....	206
6.	Parceria Público-Privada – PPP.....	210
6.1	Espécies de PPP.....	211
6.2	Características dos contratos de parceria público-privada.....	212
7.	Permissão de serviço público.....	215
7.1	Permissão x concessão.....	216
8.	Autorização de serviço público.....	217
9.	Súmulas.....	217
9.1	Súmulas vinculantes – STF.....	217
9.2	Súmulas do STF.....	218
9.3	Súmulas do STJ.....	218
	Resumo.....	218
7.	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	221
1.	Fato x ato.....	221
2.	Ato da administração x ato administrativo.....	222
3.	Conceito de ato administrativo.....	223
3.1	Vinculação e discricionariedade.....	224
3.2	Silêncio administrativo.....	225
4.	Requisitos/elementos do ato administrativo.....	226
4.1	Competência.....	227
4.2	Finalidade.....	231
4.3	Forma.....	233
4.4	Motivo.....	236
4.5	Objeto.....	239
4.6	Mérito do ato administrativo.....	240
5.	Atributos/características do ato administrativo.....	241
5.1	Presunção de legitimidade.....	242
5.2	Autoexecutoriedade.....	243
5.3	Tipicidade.....	245
5.4	Imperatividade.....	245
5.5	Resumo.....	246
6.	Classificação dos atos administrativos.....	247

6.1	Quanto à liberdade.....	247
6.2	Quanto aos destinatários.....	247
6.3	Quanto ao alcance.....	248
6.4	Quanto ao objeto.....	248
6.5	Quanto à estrutura.....	248
6.6	Quanto aos efeitos.....	249
6.7	Quanto aos resultados	249
6.8	Quanto à formação	249
7.	Espécies de atos administrativos.....	252
7.1	Atos normativos.....	252
7.2	Atos enunciativos.....	253
7.3	Atos punitivos	253
7.4	Atos ordinatórios	254
7.5	Atos negociais.....	254
8.	Formação e efeitos dos atos administrativos.....	256
8.1	Perfeição	256
8.2	Validade	256
8.3	Eficácia.....	256
8.4	Possibilidade de combinações	258
9.	Extinção dos atos administrativos	258
9.1	Revogação.....	259
9.2	Anulação.....	263
9.3	Revogação x Anulação.....	268
9.4	Cassação	268
9.5	Caducidade.....	269
9.6	Contraposição.....	270
9.7	Outras formas de extinção	270
10.	Convalidação	271
11.	Súmulas	274
11.1	Súmulas vinculantes – STF.....	274
11.2	Súmulas do STF.....	274
11.3	Súmulas do STJ.....	275
	Resumo	276

8. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	279
1. Introdução.....	279
2. Conceito	279
3. Classificação	281
4. Controle administrativo	287
4.1 Meios de controle.....	288
4.2 Direito de petição.....	289
4.3 Recurso administrativo.....	289
4.4 Órgão de controle interno.....	292
5. Controle legislativo	292
5.1 Controle parlamentar.....	293
5.2 Controle pelo Tribunal de Contas	294
6. Controle judicial.....	297
6.1 Características.....	298
6.2 Ações judiciais de controle.....	298
6.3 <i>Atos interna corporis</i>	308
7. Súmulas	308
7.1 Súmulas vinculantes – STF.....	308
7.2 Súmulas do STF.....	309
7.3 Súmulas do STJ.....	310
Resumo	312
9. BENS PÚBLICOS	315
1. Conceito	315
2. Titularidade dos bens públicos.....	317
3. Espécies de bens públicos.....	317
4. Características dos bens públicos.....	319
4.1 Afetação x desafetação.....	323
4.2 Alienação de bens públicos	324
4.3 Resumo: espécies e características dos bens públicos.....	326
5. Uso dos bens públicos pelos particulares	326
5.1 Formas de consentimento estatal para uso especial de bens públicos.....	327
6. Formas de aquisição de bens.....	330

7. Súmulas	330
7.1 Súmulas do STF.....	330
7.2 Súmulas do STJ.....	331
Resumo	331
10. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	333
1. Direito de propriedade.....	333
2. Intervenção na propriedade	333
3. Fundamentos e regras constitucionais	334
4. Formas de intervenção.....	335
5. Intervenções restritivas da propriedade.....	335
5.1 Limitação administrativa.....	335
5.2 Servidão administrativa.....	337
5.3 Requisição administrativa	338
5.4 Tombamento	339
5.5 Ocupação temporária.....	344
6. Desapropriação.....	345
6.1 Aquisição originária da propriedade	345
6.2 Bens x desapropriação	346
6.3 Pressupostos.....	347
6.4 Modalidades de desapropriação.....	349
6.5 Procedimento administrativo da desapropriação	359
6.6 Procedimento judicial da desapropriação.....	364
6.7 Indenização	367
6.8 Direito de extensão	370
6.9 Tredestinação	371
6.10 Retrocessão.....	372
7. Súmulas	373
7.1 Súmulas vinculantes – STF.....	373
7.2 Súmulas do STF.....	373
7.3 Súmulas do STJ.....	374
Resumo	375

11. AGENTES PÚBLICOS.....	377
1. Conceito	377
2. Classificação dos agentes públicos.....	378
2.1 Agentes políticos.....	378
2.2 Agentes administrativos.....	380
2.3 Particulares em colaboração com o Estado	385
3. Cargo x emprego público x função.....	386
3.1 Acumulação de cargos, empregos e funções	388
4. Concurso público	389
4.1 Exceções ao concurso público	389
4.2 Prazo de validade	391
4.3 Direito subjetivo à nomeação	392
4.4 Cláusula de barreira.....	393
4.5 Controle judicial	393
4.6 Nulidade	394
5. Estabilidade.....	394
5.1 Prazo para aquisição	395
5.2 Perda do cargo	397
5.3 Estabilidade x vitaliciedade.....	398
6. Direito de greve.....	399
7. Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/1990)	400
7.1 Cargo público	400
8. Do provimento.....	403
8.1 Nomeação.....	404
8.2 Readaptação	408
8.3 Reversão.....	409
8.4 Reintegração.....	410
8.5 Recondução.....	412
8.6 Aproveitamento	413
8.7 Promoção	414
9. Da vacância	414
10. Da remoção	416
11. Redistribuição.....	418
12. Dos direitos e vantagens.....	418

12.1	Do vencimento e da remuneração.....	418
12.2	Das vantagens.....	423
12.3	Das licenças.....	430
12.4	Das concessões.....	433
13.	Regime disciplinar.....	434
13.1	Dos deveres do servidor.....	434
13.2	Das responsabilidades.....	435
13.3	Das penalidades.....	436
14.	Processo administrativo disciplinar.....	446
14.1	Sindicância.....	448
14.2	Do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	449
14.3	Processo Administrativo Disciplinar sumário.....	453
14.4	Revisão do processo.....	454
15.	Súmulas.....	455
15.1	Súmulas vinculantes – STF.....	455
15.2	Súmulas do STF.....	456
15.3	Súmulas do STJ.....	457
	Resumo.....	459
12.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	461
1.	Fundamentos.....	461
2.	Evolução histórica.....	462
3.	Responsabilidade estatal na Constituição de 1988.....	465
3.1	A quem se aplica o art. 37, § 6.º, da CF/1988.....	465
3.2	Responsabilidade objetiva.....	470
3.3	Ação regressiva.....	473
4.	Responsabilidade por omissão estatal.....	477
4.1	Relação de custódia.....	479
5.	Excludentes de responsabilidade do Estado.....	482
5.1	Teorias: risco administrativo x risco integral.....	485
6.	Prescrição.....	487
6.1	Tortura no regime militar.....	489
7.	Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.....	489
7.1	Responsabilidade por atos legislativos.....	490

7.2	Responsabilidade por atos judiciais	490
8.	Súmulas	491
8.1	Súmulas Vinculantes – STF.....	491
8.2	Súmulas do STF.....	491
8.3	Súmulas do STJ.....	491
	Resumo	492
13.	LICITAÇÃO (LEI 14.133/2021)	495
1.	Conceito	495
2.	Competência para legislar	496
3.	Lei 14.133/2021, “nova” Lei de Licitação	497
4.	Quem deve licitar	499
5.	Objetivos da licitação	500
6.	Objetos da licitação	501
7.	Princípios	502
8.	Definições importantes.....	505
9.	Modalidades de licitação.....	506
9.1	Pregão	508
9.2	Concorrência	510
9.3	Concurso	513
9.4	Leilão.....	514
9.5	Diálogo competitivo.....	517
9.6	Modalidades: resumo.....	522
10.	Fases da licitação.....	523
10.1	Fase preparatória.....	523
10.2	Fase de divulgação do edital	525
10.3	Fase de apresentação das propostas.....	526
10.4	Fase de julgamento.....	529
10.5	Fase de habilitação	534
10.6	Fase recursal	538
10.7	Encerramento da licitação	539
11.	Contratação direta.....	541
11.1	Inexigibilidade de licitação	542
11.2	Dispensa de licitação	547

11.3	Contratação direta: inexigibilidade × dispensa (dispensável) × licitação dispensada.....	555
12.	Instrumentos auxiliares.....	556
12.1	Credenciamento.....	556
12.2	Pré-qualificação.....	557
12.3	Procedimento de manifestação de interesse.....	559
12.4	Sistema de registro de preço.....	560
12.5	Registro cadastral.....	564
13.	Lei 8.666/1993 × Lei 14.133/2021.....	565
14.	Súmulas.....	568
14.1	Súmulas do STF.....	568
14.2	Súmulas do STJ.....	569
15.	Resumo.....	569
14.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEI 14.133/2021)	571
1.	Conceito.....	571
1.1	Contratos da Administração × contratos administrativos.....	572
2.	Competência legislativa.....	572
3.	Lei 14.133/2021 – “Nova” Lei de Licitação e Contratos.....	573
4.	Características dos contratos administrativos.....	574
4.1	Formalismo.....	577
4.2	Contrato administrativo × contrato privado.....	582
5.	Execução dos Contratos.....	583
6.	Duração dos Contratos.....	587
7.	Garantias.....	589
8.	Alocação de Riscos.....	591
8.1	Teoria da imprevisão.....	592
9.	Prerrogativas da administração.....	594
10.	Modificação unilateral dos contratos.....	595
10.1	Modificação bilateral dos contratos.....	597
11.	Extinção dos contratos.....	598
12.	Nulidades dos contratos.....	602
13.	Recebimento do objeto.....	603
14.	Pagamento.....	604

15. Infrações e sanções administrativas.....	605
16. Portal nacional de contratações públicas.....	613
17. Lei 8.666/1993 × Lei 14.133/2021.....	614
18. Contratos em espécie	616
18.1 Contrato de concessão (Lei 8.987/1995 + Lei 11.079/2004).....	616
18.2 Contrato de permissão (Lei 8.987/1995)	617
18.3 Contrato de gestão	618
18.4 Contrato das empresas estatais (Lei 13.303/2016).....	620
19. Convênios	624
20. Consórcios públicos.....	625
21. Súmulas	630
21.1 Súmulas do STF.....	630
21.2 Súmulas do STJ.....	630
22. Resumo	631
15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	633
1. Probidade x improbidade	633
2. Probidade x moralidade.....	634
3. Fundamento constitucional	635
4. Lei 8.429/92, noções introdutórias	637
5. Elemento subjetivo do ato ímprobo	638
5.1 Dolo específico.....	639
5.2 Lei 14.230/2021 no tempo.....	640
6. Sujeitos.....	642
6.1 Sujeito passivo	643
6.2 Sujeito ativo	645
7. Espécies de atos de improbidade.....	652
7.1 Enriquecimento ilícito	654
7.2 Prejuízo ao erário	657
7.3 Atentam contra os princípios da Administração Pública.....	660
8. Das sanções	664
8.1 Constituição Federal x lei de improbidade administrativa	665
8.2 Sanções por improbidade administrativa × outros processos.....	666
8.3 Sanções previstas na lei de improbidade administrativa.....	668
9. Da declaração de bens	676
10. Do procedimento administrativo	677
11. Da indisponibilidade dos bens	678

12. Ação judicial de improbidade.....	683
12.1 Acordo de não persecução civil	690
12.2 Sentença nas ações de improbidade	693
13. Prescrição	694
13.1 Inquérito civil / processo administrativo.....	696
13.2 Interrupção do prazo prescricional.....	699
13.3 Particular × prazo prescricional	701
13.4 Ação de ressarcimento ao erário.....	702
14. Súmulas	703
14.1 Súmulas Vinculantes – STF.....	703
14.2 Súmulas do STF.....	704
14.3 Súmulas do STJ.....	704
15. Resumo.....	704
16. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	707
1. Conceito	707
2. Finalidades.....	709
3. Princípios	709
3.1 Legalidade.....	710
3.2 Finalidade.....	710
3.3 Motivação.....	711
3.4 Proporcionalidade e razoabilidade	711
3.5 Eficiência	711
3.6 Moralidade	712
3.7 Contraditório e ampla defesa.....	712
3.8 Segurança jurídica	713
3.9 Publicidade.....	713
3.10 Gratuidade.....	714
3.11 Informalismo	714
3.12 Oficialidade.....	714
4. Direitos e deveres dos administrados	715
5. Início do processo administrativo.....	716
5.1 Legitimados.....	717
6. Competência.....	718
6.1 Delegação x avocação	718

6.2	Impedimento x suspeição	720
7.	Atos do processo	721
7.1	Comunicação dos atos.....	722
8.	Fases processuais	723
8.1	Instauração.....	724
8.2	Instrução.....	724
8.3	Decisão.....	727
9.	Motivação.....	728
9.1	Motivação aliunde	729
10.	Formas de extinção do processo.....	730
11.	Anulação x revogação x convalidação	731
12.	Recursos	732
12.1	Não recebimento dos recursos.....	734
12.2	<i>Reformatio in pejus</i>	734
12.3	Revisão.....	735
13.	Dos prazos	736
13.1	Prazos expressos na Lei 9.784/1999.....	736
14.	Súmulas	737
14.1	Súmulas vinculantes – STF.....	737
14.2	Súmulas do STF.....	737
14.3	Súmulas do STJ.....	738
	Resumo.....	739
	BIBLIOGRAFIA	741